



CARTILHA PARA USUÁRIOS DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DO CAMPUS FIOCRUZ MANGUINHOS

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO
CASA DE OSWALDO CRUZ
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

CARTILHA PARA USUÁRIOS
DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DO
CAMPUS FIOCRUZ MANGUINHOS

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO
CASA DE OSWALDO CRUZ
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

RIO DE JANEIRO
FIOCRUZ-COC
2023



Atribuição não comercial (CC BY-NC): Essa licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir deste material para fins não comerciais, e, embora materiais derivados tenham de atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não são obrigados a licenciar as materiais derivados sob os mesmos termos. Licença disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR>.

Obras de terceiros e conceitos utilizados neste material são de inteira responsabilidade da área técnica.

O conteúdo desta e de outras obras da Fiocruz pode ser acessado na página: www.arca.fiocruz.br.

Venda proibida. Distribuição gratuita. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é da área técnica.

Tiragem: 1ª edição – 2022 – versão impressa e eletrônica.

Elaboração, distribuição e informações
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO
Av. Brasil, 4.365 – Manguinhos – CEP 21045-900
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Site: www.coc.fiocruz.br

C327 Cartilha para usuários : dos edifícios históricos do Campus Fiocruz Manguinhos / realização do Departamento de Patrimônio Histórico. Casa de Oswaldo Cruz. Fiocruz. – 1. ed., rev. – Rio de Janeiro : Fiocruz-COC, 2023.
Edição digital.

ISBN 978-65-87465-65-4.

1. Arquitetura de Instituições de Saúde. 2. Patrimônio Cultural.
3. Preservação. 4. Brasil. I. Carcereri, Maria Luisa Gambôa (coord.).
II. Moreira, Daniel Lopes (coord.).

CDD 363.69

Catálogo na fonte:
Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz
Biblioteca de História das Ciências e da Saúde
Marise Terra - CRB6-351

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Maria Luisa Gambôa Carcereri

Daniel Lopes Moreira

ELABORAÇÃO

Daniel Lopes Moreira

Eric Alves Gallo

Inês El-Jaick Andrade

Maria Cristina Coelho Duarte

Maria Luisa Gambôa Carcereri

COLABORAÇÃO

Alyne Fernanda Cardoso Reis

Carla Maria Teixeira Coelho

Elisabete Edelvita Chaves da Silva

Marcos José de Araújo Pinheiro

Diego Vaz Bevilaqua

Renato da Gama Rosa Costa

Rosana Soares Zouain

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Isabela Hafner de Castro

ILUSTRAÇÕES

Isabela Hafner de Castro

ATUALIZAÇÃO GRÁFICA

Rodrigo de Paiva Albuquerque

Silmara Mansur

REVISÃO

Maria Helena Torres

FOTOGRAFIAS

CAPA

Bruno Veiga

TEXTO

Bruno Veiga

Jeferson Mendonça

Oscar Liberal

Rosio Moyano

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
AFINAL, O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL?	2
O PATRIMÔNIO CULTURAL SOB A TUTELA DA FIOCRUZ	4
ACERVO ARQUITETÔNICO, URBANO-PAISAGÍSTICO E ARQUEOLÓGICO DO CAMPUS FIOCRUZ MANGUINHOS	6
PRESERVANDO O ACERVO ARQUITETÔNICO DO CAMPUS FIOCRUZ MANGUINHOS	8
COMO ATUA A INSTITUIÇÃO NA PRESERVAÇÃO DO ACERVO ARQUITETÔNICO?	8
COMO O USUÁRIO PODE ATUAR NA PRESERVAÇÃO DO ACERVO ARQUITETÔNICO?	11
CANAIS DE COMUNICAÇÃO	18
AGRADECIMENTOS	19
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20

APRESENTAÇÃO

Esta cartilha, desenvolvida pela Casa de Oswaldo Cruz (COC), por intermédio de seu Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), tem por objetivo trazer orientações aos usuários dos edifícios históricos situados no Campus Fiocruz Manguinhos quanto aos serviços disponíveis para sua conservação, a quem os solicitar, e à importância da participação de todos na tarefa cotidiana de preservação desse patrimônio. Além disso, você poderá conhecer melhor e tirar dúvidas sobre o que é patrimônio cultural; qual é o patrimônio cultural sob a tutela da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e qual o papel de cada um na preservação desse patrimônio.

Com o intuito de cumprir a missão de preservação dos acervos materiais da instituição, a Casa de Oswaldo Cruz elaborou sua Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde.¹ Esse documento está em sintonia com conceitos e práticas nacionais e internacionais que adotam a conservação preventiva, o gerenciamento de riscos, a conservação integrada e a preservação sustentável como princípios centrais para a preservação dos acervos, destacando a necessária participação da sociedade para alcançar esse objetivo. Nesse contexto, está a importância da preservação do *acervo arquitetônico* sob tutela da Fiocruz, de que trata esta cartilha.

O objetivo principal da preservação do patrimônio cultural, produzido por sucessivas gerações, é promover o conhecimento da cultura, história e artes por meio da apropriação dos bens em parceria com a sociedade em geral.



¹ Para saber mais sobre a Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde, acesse: <http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/politica_preservacao_gestao_acervos_coc.pdf>.

Vinculada ao Ministério da Saúde, a Fiocruz é uma das mais destacadas instituições de ciência e tecnologia em saúde da América Latina. Criada em 25 de maio de 1900 – com o nome de Instituto Sorotérico Federal – a Fundação nasceu com a missão de combater grandes problemas da saúde pública brasileira. Em seu processo de constituição, a Fiocruz gera e mantém valiosos acervos que compõem seu patrimônio científico e cultural, reconhecido por agências públicas e pela sociedade.

Em 1986 foi criada a COC, unidade que tem entre suas frentes de atuação a preservação do patrimônio da ciência e da saúde no Brasil. Em 1989 criou-se o DPH, e suas ações contribuem – junto a outras atividades realizadas pela Fiocruz – para a preservação e valorização do patrimônio cultural e científico da instituição.

AFINAL, O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL?

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade.²

² Texto extraído da Carta de Veneza, de 1964. Esse é um documento proposto com a finalidade de estabelecer posturas internacionais voltadas para a preservação do patrimônio cultural, mais precisamente o patrimônio arquitetônico e urbanístico. Seu nome remete à cidade em que ocorreu o evento no qual a Carta foi elaborada. Para sua leitura na íntegra, acesse: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf>.

Se olharmos com atenção, todos nós temos à volta algum patrimônio que faz parte da nossa história. Pode ser, por exemplo, a casa em que crescemos, o lugar que chamamos de lar. Lá, podemos facilmente reconhecer o nosso patrimônio familiar, seja pelas feições do edifício, pelas fotografias de família, pelos objetos pessoais, pelo jardim. Uma comunidade, por sua vez, se reconhece pela similaridade de hábitos, pela forma de demonstrar sentimentos, pela linguagem e pelas manifestações espirituais em que se refletem seus valores e memória, pelos produtos de suas atividades. Esse legado que recebemos do passado, vivemos no presente, transmitimos às futuras gerações e que constitui a identidade de um povo chamamos de patrimônio cultural.

São considerados patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, individualmente ou em conjunto, relevantes para a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Dentre esses bens estão artefatos artísticos; edificações e conjuntos arquitetônicos; sítios históricos e arqueológicos; formas de produção da ciência; criações tecnológicas; manifestações tradicionais da cultura; entre outros.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, no conjunto dos bens de natureza material, ou tangível, estão:



i) as criações científicas, artísticas, tecnológicas e documentais;

ii) as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

iii) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Conjunto arquitetônico residencial Prefeito Mendes de Moraes, popularmente conhecido por Pedregulho, localizado em Benfica, próximo ao Campus Fiocruz Manguinhos. Fonte: Acervo DPH/COC/Fiocruz.

Ainda de acordo com a Constituição, os bens de natureza imaterial, ou intangível, são:



i) as formas de expressão (por exemplo, literatura, música, danças, pinturas corporais, rituais, entre outros);

ii) os modos de criar, fazer e viver (por exemplo, culinária, artesanato, formas de produção da ciência, entre outros).

Apresentação de Jongo do Campinho da Independência, no encerramento do IV Encontro do Patrimônio Fluminense (2014), em Paraty/RJ. Foto: Oscar Liberal. Fonte: Acervo Semana Fluminense do Patrimônio.

Como vimos, são muitos os bens que compõem o patrimônio cultural. E quais deles fazem parte do acervo sob a tutela da Fiocruz?

O PATRIMÔNIO CULTURAL SOB A TUTELA DA FIOCRUZ

Desde sua origem, no início do século 20, quando ainda se denominava Instituto Soroterápico Federal, a Fiocruz constitui e mantém tipologias variadas de acervos, tais como:



i. Acervo arquitetônico, urbano-paisagístico e arqueológico: exemplares representativos para a história das ciências e da saúde, formado por edificações, jardins, praças, alamedas e sítios arqueológicos. O conjunto de edificações históricas, seus bens móveis e integrados, inclui exemplares da arquitetura eclética, modernista e neoclássica, no Estado do Rio de Janeiro.

Pavilhão Mourisco, Campus Fiocruz Manguinhos. Foto: Jeferson Mendonça. Fonte: Acervo COC/Fiocruz.



ii. Acervo arquivístico: arquivo permanente da Fiocruz e arquivos pessoais de cientistas e sanitaristas compostos por documentos diversos (textuais, iconográficos, cartográficos, micrográficos, sonoros, filmográficos e tridimensionais) reunidos desde 1803. Destacam-se os arquivos dos cientistas Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, o Fundo Rockefeller e os negativos de vidro do Fundo Instituto Oswaldo Cruz (IOC).

Documento histórico sob a guarda do Departamento de Arquivo e Documentação/COG. Foto: Jeferson Mendonça. Fonte: Acervo COG/Fiocruz.



iii. Acervo bibliográfico: as bibliotecas físicas são organizadas em rede, distribuídas pelas diferentes unidades, e reúnem milhares de obras adquiridas desde a criação da instituição. Destacam-se a seção de Obras Raras de Ciências Biomédicas e a Biblioteca de História das Ciências e da Saúde.

Livros da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde, que pertencem à Coleção Oswaldo Cruz. Foto: Jeferson Mendonça. Fonte: Acervo COG/Fiocruz.



iv. Acervo biológico: reunido desde o início do século 20, contempla dezenas de coleções divididas nas categorias microbiológicas, zoológicas, histopatológicas, botânica e arqueopaleontológica. Os exemplares revelam a biodiversidade genética de bactérias, fungos, protozoários, material paleoparasitológico, entre outros.

Espécimes da Coleção Entomológica sob a guarda do Instituto Oswaldo Cruz. Foto: Rosio Moyano. Fonte: Acervo COG/Fiocruz.



v. Acervo museológico: o núcleo inicial desse acervo remonta à coleção histórica que começou a ser formada em 1917, após a morte do médico sanitarista Oswaldo Cruz. Contabilizando mais de duas mil peças, é formado por bens móveis, como instrumental e equipamentos laboratoriais, itens utilizados na produção de medicamentos e vacinas, e uma pinacoteca.

Aspirador de fluidos corporais (Aspirador Dieulafoy) sob a guarda da Reserva Técnica do Museu da Vida/COG. Foto: Jeferson Mendonça. Fonte: Acervo COG/Fiocruz.

Além desses acervos, também fazem parte do patrimônio cultural da Fiocruz as pessoas que, como você, escrevem a história da instituição e tecem a nossa memória e identidade.

ACERVO ARQUITETÔNICO, URBANO-PAISAGÍSTICO E ARQUEOLÓGICO DO CAMPUS FIOCRUZ MANGUINHOS

A arquitetura, como uma expressão cultural, possui formas e composições particulares em cada tempo e lugar. Mesmo quando vinculada a uma corrente artística internacional – como os exemplares do ecletismo e do modernismo em Manguinhos – apresenta soluções únicas, pois é adaptada ao contexto local. A arquitetura é uma soma, portanto, de vários aspectos, tais como o local, os sistemas construtivos e estruturais, a distribuição dos espaços internos, o aspecto que define sua estética e as atividades e os usos desempenhados. Para manter essa arquitetura preservada é importante ter consciência de que a alteração sem critério pode comprometer negativamente o seu todo. Uma condição necessária para a preservação de um patrimônio é a consciência da coletividade envolvida a respeito de seus valores histórico, artístico, científico, afetivo e outros.

Integram o acervo arquitetônico do Campus Fiocruz Manguinhos os bens tombados³ pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac) e pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, e os bens identificados como de interesse para preservação pela Política de Preservação da Fiocruz⁴ e pelo DPH/COC no Plano de Ocupação da Área de Preservação do Campus Fiocruz Manguinhos – POAP.⁵ Esses bens são registros significativos da trajetória da instituição, de diferentes épocas e estilos, com relevante valor cultural para a sociedade.

Considera-se ainda que o Campus Fiocruz Manguinhos é um sítio que abriga vestígios arqueológicos pré-históricos e históricos, tendo sido inscrito em 1966 na Ficha de Cadastro Nacional de Sítios (CNS) do Iphan. Destaca-se, além do sítio arqueológico, o acervo urbano-paisagístico.

³ O termo vem do ato de tombamento, que é um reconhecimento atribuído pelo poder público a um bem cultural edificado, com vistas a assegurar sua preservação e evitar que ele seja destruído ou descaracterizado. No Brasil, o tombamento pode ser feito pelo governo federal, pelos estados e pelos municípios.

⁴ Para saber mais sobre a Política de Preservação da Fiocruz, acesse: <<https://portal.fiocruz.br/documento/politica-de-preservacao-dos-acervos-cientificos-e-cultuais-da-fiocruz>>.

⁵ Documento de orientação da gestão do conjunto arquitetônico e paisagístico de relevância cultural do Campus Fiocruz Manguinhos, que corresponde à parte que abriga um conjunto expressivo de bens de interesse para preservação. Ele reforça a política de preservação do patrimônio cultural da Fiocruz, incorporando práticas instituídas e fortalecendo o compromisso da instituição com a sua história e, sobretudo, com o seu futuro. Foi elaborado em conjunto com o Inepac e o Iphan e deve ser objeto de constantes revisões.



CAMPUS MANGUINHOS-MARÉ

Vista aérea do Campus Manguinhos-Maré. Fonte: Fiocruz Imagens



ACERVO ARQUITETÔNICO:



PAVILHÃO MOURISCO



PAVILHÃO DO RELÓGIO



CAVALARIÇA



PAVILHÃO FIGUEIREDO VASCONCELLOS (QUININO)



CASA DE CHÁ E ANEXO



HOSPITAL EVANDRO CHAGAS



POMBAL



CASA AMARELA



PAVILHÃO ARTHUR NEIVA



PAVILHÃO CARLOS AUGUSTO DA SILVA



PAVILHÃO HENRIQUE ARAGÃO



PAVILHÃO ROCKEFELLER



PORTARIA DA AVENIDA BRASIL

--- DELIMITAÇÃO DO CAMPUS

--- DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO



ACERVO URBANO-PAISAGÍSTICO:



CAMINHO OSWALDO CRUZ



PRAÇA PASTEUR



JARDIM LESTE (FRONTAL AO PAVILHÃO MOURISCO)



JARDIM DO PAVILHÃO ARTHUR NEIVA



JARDIM DO PAVILHÃO HENRIQUE ARAGÃO



JARDIM DA PORTARIA DA AVENIDA BRASIL



ACERVO ARQUEOLÓGICO:



VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS EXPOSTOS

PRESERVANDO O ACERVO ARQUITETÔNICO DO CAMPUS FIOCRUZ MANGUINHOS

Toda matéria – como materiais de construção, equipamentos etc. – tem a vida útil determinada por suas próprias características, pelo ambiente em que está inserida e pela forma como é mantida. Para a preservação de edifícios históricos deve-se atentar para que seus espaços sejam usados de forma adequada e seja realizada manutenção rotineira de modo a evitar intervenções mais significativas que, quando necessárias, podem variar desde procedimentos corretivos pontuais até grandes obras de restauração. Também pode ser necessário intervir nos edifícios históricos para que as necessidades atuais e de novos usos a eles se adequem.

Assim, quando falamos em preservar um acervo arquitetônico, estamos nos referindo à manutenção do bom estado de conservação, por meio de boas práticas e do uso adequado visando prolongar sua vida útil. Além de compatibilizar o uso com as características do edifício, a manutenção constante é a melhor maneira de se preservar um patrimônio evitando, assim, a necessidade de intervenções de maior porte.

COMO ATUA A INSTITUIÇÃO NA PRESERVAÇÃO DO ACERVO ARQUITETÔNICO?

A Casa de Oswaldo Cruz (COC), por intermédio de seu Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), é a responsável pelas atividades de pesquisa, conservação, restauração, educação patrimonial⁶ e valorização do acervo arquitetônico, urbano-paisagístico e arqueológico da Fiocruz. Na prática institucional, busca-se atuar com base em princípios contemporâneos de proteção de bens culturais, pautando as ações na mínima intervenção, soluções reversíveis, na distinção entre os materiais novos e antigos e na compatibilidade entre eles.

⁶ Abrange ações de educação relacionadas à preservação de acervos culturais e à valorização da memória. Busca contribuir para que a sociedade se aproprie de seu patrimônio cultural e seja protagonista no processo de produção e de preservação desse patrimônio.

Ao DPH, no que se refere à preservação do patrimônio cultural da instituição, compete:

- ✓ Planejar e promover ações de conservação e restauração dos bens tombados e de interesse para preservação.
- ✓ Orientar usos, ocupações e projetos para os edifícios tombados e de interesse para preservação.
- ✓ Realizar atividades de pesquisa, educação e desenvolvimento nas suas áreas de competência.
- ✓ Valorizar os acervos culturais da Fiocruz e realizar ações de educação patrimonial.
- ✓ Capacitar mão de obra especializada na área de conservação/restauração do patrimônio cultural, sobretudo na formação inicial e continuada de artífices para os ofícios da conservação de bens culturais.

Devido à multiplicidade de bens de interesse para preservação, o DPH/COC realiza um serviço continuado de manutenção e compartilha a gestão do acervo arquitetônico, urbano-paisagístico e arqueológico com diferentes setores da Fiocruz. Deste modo, estão definidos abaixo os distintos níveis de atuação do DPH/COC nas edificações e áreas de entorno:

1- Integral – São edificações tombadas (Mourisco, Relógio, Cavalaria e Hospital Evandro Chagas) ou de interesse para a preservação (Quinino, Casa de Chá, Pombal e Portaria da Av. Brasil) nas quais o DPH/COC possui gestão do contrato de manutenção civil da edificação e desenvolve ações de pesquisa e educação patrimonial.

2- Compartilhado – São edificações tombadas (Arthur Neiva e Carlos Augusto da Silva) nas quais o DPH/COC não possui contrato de manutenção civil, ou este é parcial. São realizados projetos e obras de conservação e restauração, ações de pesquisa e educação patrimonial.

3- Colaborativo – São edificações de interesse para a preservação, sítios de potencial arqueológico e/ou entornos de bens tombados (nos campi Mata Atlântica, Itaboraí, Manguinhos e/ou Maré). Além de desenvolver ações de educação patrimonial, comuns aos demais níveis, o DPH/COC atua quando é acionado pelo gestor responsável.

As ações de preservação do patrimônio cultural desenvolvidas na instituição são progressivamente aprimoradas, associadas aos princípios gerais de intervenção estabelecidos para os bens e supervisionadas por órgãos de proteção do patrimônio cultural, como Inepac e Iphan. Todas as edificações protegidas passam por vistorias técnicas e toda nova proposta de intervenção precisa ser encaminhada e analisada pela instância competente por sua proteção.

É importante ressaltar que as ações de preservação e valorização do patrimônio cultural variam consideravelmente de acordo com o contexto e os valores associados a cada bem. Cada caso impõe diferentes formas de atuação, e, assim, nem sempre ações bem-sucedidas em um determinado bem poderão ser aplicadas a outro com características diversas. Por isso é imprescindível a avaliação técnica criteriosa em cada caso, o que cabe ao DPH em primeira instância e aos órgãos de proteção, quando for o caso.

As ações mais comumente adotadas nos edifícios históricos da Fiocruz visando à preservação do acervo arquitetônico são:

- ✔ **Manutenção:** ações cotidianas que se antecipam à ocorrência de danos e que visam, especialmente, manter o bom funcionamento e uso da edificação. Baseia-se em inspeções constantes dos materiais e do meio em que se inserem, e em procedimentos técnicos adequados de limpeza e proteção.
- ✔ **Conservação corretiva - curativa:** ações de consolidação e/ou de recomposição realizadas diretamente sobre os materiais, com o objetivo de interromper ou retardar processos de deterioração e garantir-lhes a integridade física, estrutural ou estética, adiando, ou evitando, intervenções de maior porte.

- ✓ **Restauração:** aplicada quando o grau de deterioração dos materiais é tão significativo, que as ações de manutenção e conservação não são mais suficientes para assegurar a estabilidade, as características e as qualidades do edifício. Deve ser realizada em caráter excepcional, e se basear no respeito pelo material preexistente.
- ✓ **Adaptação a novo uso:** visa adaptar os espaços a fim de abrigar atividades diferentes daquelas para as quais eles foram projetados originalmente ou construídos. Deve ser feita com critério, respeitando as características dos espaços. É sempre bom lembrar que é o uso que se adapta ao bem e não o contrário.

Embora algumas dessas ações possam causar transtorno temporário aos usuários dos espaços, é importante considerar a sua necessidade para a preservação do rico acervo arquitetônico sob tutela da Fiocruz. Parte-se do princípio fundamental de que devemos atuar principalmente nas causas da deterioração em vez de atuar em suas consequências. Por isso a cooperação entre técnicos e usuários dos edifícios históricos é fundamental para a preservação do patrimônio da instituição.

COMO O USUÁRIO PODE ATUAR NA PRESERVAÇÃO DO ACERVO ARQUITETÔNICO?

Conhecer e valorizar o nosso patrimônio cultural é fundamental para a sua conservação, que deve ser feita com a colaboração de todos. A consciência da importância de um bem cultural, pelas pessoas que com ele interagem, é condição primordial para sua conservação.

Para colaborar com a preservação dos edifícios históricos é importante seguir, cotidianamente, algumas recomendações, como:



Todos os elementos são importantes para contar a história dos edifícios e da Fiocruz. Por isso, não os danifique, vandalize nem deles subtraia quaisquer elementos.



Para a prevenção e a redução do risco de incêndios nos edifícios e espaços históricos, fique atento às recomendações do “Protocolo para Prevenção de incêndio nos edifícios e áreas históricas localizadas nos campi Fiocruz”.⁷



Para assegurar a mobilidade nos espaços comuns e a desobstrução das rotas de fuga em caso de emergência, não coloque mobiliários, equipamentos e elementos decorativos que possam atrapalhar a circulação nos corredores e portas dos ambientes e edifícios.



As circulações avarandadas ou não, que são utilizadas como rotas de fuga, e o acesso aos equipamentos de segurança e combate a incêndios ou aos quadros elétricos devem estar sempre desobstruídos.



Nenhum mobiliário ou equipamento pesado pode ser movimentado diretamente sobre os pisos sem prévia autorização/orientação do DPH/COC.



Nenhuma superfície das paredes e pisos, portas e janelas de ferro ou madeira, e ornamentos podem ser perfurados, cortados ou utilizados para pendurar ou colar elementos sem prévia autorização do DPH/COC.



Descarte os resíduos nas lixeiras adequadas e sempre que possível utilize as de coleta seletiva. Atente no descarte de gomas de mascar (chicletes) e etiquetas adesivas em lixeiras apropriadas. Quando aderidas aos revestimentos e elementos decorativos elas causam danos e muitas vezes irreparáveis.

⁷ Para saber mais sobre o Protocolo para Prevenção de incêndio nos edifícios e áreas históricas localizadas nos campi Fiocruz, acesse: < <https://www.arca.fiocruz.br/handle/iciict/49856>



Não fume no interior dos prédios, nas janelas, sacadas, varandas, *halls* ou em seu entorno imediato, pois de acordo com as legislações vigentes⁸ é proibido fumar em ambientes de uso coletivo completa ou parcialmente fechados.



Os peitoris das janelas e varandas, as soleiras das portas e as bancadas das pias não podem ser utilizados como apoio para vasos de plantas e/ou jardineiras. A excessiva irrigação pode causar vazamento de água e manchas nos materiais de revestimento, além do fato de que os vasos podem cair e causar acidentes.⁹



Não utilize calços (cunhas) para manter portas e janelas abertas sem orientação do DPH/COC, pois eles forçam o mecanismo de fechamento.



Feche e abra as portas e janelas de maneira cuidadosa, sem forçar as fechaduras. Em casos de emperramento ou dificuldades em manipular as portas e fechaduras, acione o responsável pela gestão da manutenção do edifício.



No caso específico do Pavilhão Mourisco, sempre que possível, troque o uso do elevador pelas escadas. É bom para a saúde e preserva esse raro equipamento do início do século 20.



Casas de força, de máquinas ou de bombas não podem ser utilizadas como depósito ou local de descanso e alimentação.

Em espaços abertos...



As guimbas de cigarro devem ser apagadas e depositadas exclusivamente nas lixeiras adequadas. Elas não podem ser apagadas na vegetação ou nos elementos das edificações, nem descartadas em canteiros, bueiros ou pavimentos.

⁸ Leis antifumo: Lei Estadual nº 5517/2009 e Lei Federal nº 12.546/2011.

⁹ A gestão dos jardins históricos e dos espaços livres, bem como a elaboração, execução e análise de projetos paisagísticos para as áreas internas e externas dos edifícios, é de responsabilidade da Gestão Ambiental/Cogic, por intermédio do Serviço de Gestão de Sustentabilidade Ambiental.



Descarte os resíduos nas lixeiras adequadas e sempre que possível utilize as de coleta seletiva.



Respeite os locais demarcados para estacionamento de veículos e não suba nas calçadas das edificações e canteiros dos jardins com os automóveis.



Na Praça Pasteur e seu entorno há restrições para estacionamento de veículos que devem ser observadas e respeitadas. A grande circulação de veículos, a emissão de gases poluentes e a ocupação desordenada de espaços livres, com estacionamento, impactam negativamente a preservação do patrimônio cultural, o acesso e o uso pelos pedestres. O deslocamento excessivo de veículos contribui ainda para movimentações no solo e pode causar danos às edificações.

Ao utilizar copas e sanitários...



No descarte de materiais indesejáveis, tais como papel higiênico, absorventes, fio dental, algodão, embalagens e afins, não utilize as bacias sanitárias. O entupimento das instalações hidrossanitárias causa a necessidade de intervenções de maior porte, levando consecutivamente à interdição dos banheiros e a gastos desnecessários de recursos.



No descarte de resto de alimentos, não utilize as pias, sobretudo os lavatórios dos banheiros. O entupimento das instalações hidrossanitárias causa a necessidade de intervenções de maior porte, levando consecutivamente à interdição de copas e banheiros, e a gastos desnecessários de recursos.



O aquecimento e a preparação de alimentos e bebidas devem ser realizados exclusivamente nos equipamentos existentes nas copas dos edifícios, como cafeteiras, sanduicheiras, micro-ondas, fornos etc. Para a segurança das pessoas e a integridade dos edifícios e seus acervos, a presença desses equipamentos em áreas de trabalho e depósitos é proibida, pois representa sério risco de incêndio.

Para sua segurança e do patrimônio...



Ao final do expediente, desligue equipamentos eletroeletrônicos e de climatização. Isso ajuda a preservar os edifícios históricos e a prevenir incêndios. Caso seja necessário que os equipamentos permaneçam ligados fora do horário do expediente, informe ao responsável pela gestão da manutenção do edifício.



Receba suas encomendas, refeições, etc. na recepção principal do edifício, visando reduzir a circulação de entregadores nas dependências do prédio.



Não é permitida a utilização de objetos que produzam chamas, tais como velas, fogareiros, tochas, botijões de gás, churrasqueiras e afins, no interior dos edifícios e áreas adjacentes, nem tampouco nos jardins históricos.



Respeite as eventuais interdições, pois elas visam proteger as pessoas e os bens de possíveis riscos e/ou agravamento de danos.



O uso de adaptadores de tomadas (benjamins) para conectar vários equipamentos é proibido.



Cuide muito bem dos animais, mas não os atraia para os edifícios nem lá os mantenha. A urina e as fezes dos animais danificam os materiais de revestimento. Por isso, não coloque vasilhames para água e alimento no interior dos edifícios ou em seu entorno imediato, sobretudo junto às paredes externas.¹⁰



Em caso de filmagens e sessões de fotografia no interior e no entorno dos edifícios históricos a Coordenação de Comunicação Social da Fiocruz e o DPH/COC deverão ser consultados. Orientações e autorizações deverão ser feitas de forma conjunta por esses setores.

¹⁰ Art. 164 do Decreto-Lei no 2848/1940 (Código Penal). De acordo com as legislações vigentes é crime introduzir ou deixar animais em propriedade alheia.

Quando acionar o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH)?

Os limites de atuação do DPH estão listados nas páginas 9 e 10. Contudo, para todas as situações listadas abaixo o DPH deverá ser acionado, pois poderá direcionar corretamente as demandas. Essa é mais uma forma de contribuir para a preservação dos bens culturais da Fiocruz.

- ✓ Caso haja necessidade de adaptar novos usos aos espaços ou modificar o ambiente de trabalho.
- ✓ Caso haja necessidade de adquirir ou instalar equipamentos eletroeletrônicos, filtro de linha, régua, entre outros.
- ✓ Caso haja necessidade de adquirir ou instalar aparelhos de ar condicionado.
- ✓ Caso haja necessidade de movimentar objetos pesados (como caixas, mobiliários, equipamentos, etc.) nos edifícios históricos.
- ✓ Caso haja necessidade de realização de eventos, mesmo que de curta duração, nas áreas de interesse para a preservação. Em caso de eventos de grande porte nas áreas de entorno de bens tombados federais, o Iphan deverá ser consultado e aprovar a realização.
- ✓ Caso haja necessidade de instalar móveis e equipamentos e afixar objetos nos ambientes ou esquadrias.
- ✓ Caso observe qualquer anormalidade/defeito na edificação.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Nos edifícios históricos, o DPH/COC deverá ser acionado para quaisquer necessidades. A demanda será avaliada e encaminhada ao setor responsável para as devidas providências.



As solicitações devem ser enviadas para o e-mail:
dphmanutencao@fiocruz.br



Em caso de urgências entre em contato:
(21) 3865-2264

Em situações de risco ou início de incêndio acione imediatamente:

Brigada de Contingência da Cogic (Coordenação-geral de Infraestrutura dos Campi)
(21) 2209-9153 | (21) 2209-9141



Plantão de Segurança da Cogic
(21) 2209-9101 | (21) 2209-9138 | (21) 2209-9109

Corpo de Bombeiros
193

Para outras emergências fora do horário de expediente ou nos finais de semana:



Plantão de infraestrutura da Cogic
(21) 2209-2072 | (21) 2209-2051 | (21) 2209-2088

AGRADECIMENTOS

Para melhor compreensão das principais solicitações dos ocupantes dos edifícios históricos do Campus Fiocruz Manguinhos, bem como seus fluxos de encaminhamento, foram realizadas entrevistas com funcionários que mantêm relações de uso e cuidado com a preservação desses edifícios. Agradecemos a todos que colaboraram:

Bruno da Silva Mussa Cury – Casa de Oswaldo Cruz (COC)

Carla Maria Teixeira Coelho – Casa de Oswaldo Cruz (COC)

José Henrique Bastos – Casa de Oswaldo Cruz (COC)

Luana Fraga – Coordenação Geral de Gestão de Tecnologia de Informação (Cogetic)

Luciano Patrício – Instituto Oswaldo Cruz (IOC)

Marcia Teixeira Botelho – Casa de Oswaldo Cruz (COC)

Maria Cláudia Santiago – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict)

Mysael Castro – Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe)

Odaléa Sabino Alves – Nova Rio

Rogério Teotônio Araújo – Instituto Oswaldo Cruz (IOC)

Rosana Soares Zouain – Casa de Oswaldo Cruz (COC)

Sabrina Macedo – Casa de Oswaldo Cruz (COC)

Sara Custódio da Silva – Nova Rio

Ubiratan Pimenta – Casa de Oswaldo Cruz (COC)

Vera Lucia Grillo – Coordenação Geral de Administração (Cogead)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENCHIMOL, Jaime L (coord.). **Manguinhos do sonho à vida: a ciência na Belle Époque**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 1990.

BRANDI, Cesare. **Teoria del restauro**. Roma: Einaudi, 1973.

FIOCRUZ. **Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2013.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Protocolo para prevenção de incêndio: edifícios e áreas históricas localizadas nos campi Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2021.

LEMOS, Carlos A. **O que é patrimônio histórico?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. (Coord.); COSTA, Renato da Gama-Rosa; PESSOA, Alexandre José de Souza. **Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. (Coleção História e Saúde).

PINHEIRO, Marcos José de Araújo; LOURENÇO, Bettina Colaro Gorerlich; DUARTE, Maria Cristina Coelho et al. **Metodologia e tecnologia na área de manutenção e conservação de bens edificados**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2009.

Realização



Casa de
Oswaldo Cruz



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Apoio



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro